



PAULA FRANCO E ANTÓNIO RAPOSO SUBTIL CONSIDERAM

PEVE tem um alcance globalmente positivo

O Novo Processo Extraordinário de Viabilização de Empresas (PEVE) é globalmente positivo.

Representa uma ferramenta colocada aos dispor dos empresários no sentido de estes evitarem a insolvência. Paula Franco, bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), e o advogado António Raposo Subtil concordam que o PEVE dá resposta a um momento excecional caracterizado pela pandemia, razão, aliás, pela qual foi criado. Ambos também concordam que se poderia ter ido mais longe nalguns aspetos, como é o caso dos benefícios fiscais, foi referido durante um webinar organizado pela RSA Advogados, com a colaboração da OCC.

Paula Franco é de opinião que, num momento em que as empresas têm acumulado dívidas, qualquer apoio é positivo. O novo processo pode ser essencial à sobrevivência de uma empresa que está endividada e não tem já possibilidade de beneficiar de moratórias ou outro tipo de benefícios. “Este regime permite uma outra possibilidade às empresas em dificuldades. Um dos problemas que se colocam é saber se as empresas entram em estado de vegetação e conseguirão sobreviver no futuro. Considero que as normas fiscais são insuficientes. Neste âmbito, em termos de benefícios fiscais, defendo que se poderia ter ido mais longe. Ainda acredito que se intensifiquem os regimes de benefícios fiscais, de modo a permitir a sobrevivência de muitas empresas. Um aspeto positivo é que o regime permite a mudança de sócios e os créditos incobráveis são prolongados no tempo.”



Paula Franco, bastonária da OCC, lamenta que o papel do contabilista certificado não seja devidamente valorizado.

A bastonária da OCC não deixou de lamentar que o papel do contabilista certificado não seja devidamente valorizado. “O contabilista certificado conhece a empresa e pode ser central num processo de recuperação. O que significa que se poderia ter ido mais longe no que se refere à intervenção deste profissional. Acontece que um acordo de viabilização obriga à intervenção de um revisor oficial de contas. Ora, seria suficiente o trabalho de um contabilista certificado, até porque os ROC não acompanham as empresas de menores dimensões.” Por outro lado, a bastonária também se revela preocupada com a possibilidade de alguns credores ficarem numa situação difícil a partir do momento em que um processo é viabilizado, algo que se torna mais evidente no que toca aos fornecedores.



António Raposo Subtil defende o apetrechamento dos tribunais com profissionais especializados na área das empresas.

Acordo bem estruturado

António Raposo Subtil acha que todas as ferramentas que permitem viabilizar as empresas são positivas. No entanto, alerta que a empresa que recorre ao PEVE tem de demonstrar que as suas carências resultam da pandemia. “Trata-se de um regime que foi desenhado para um momento próprio. No entanto, é um processo pesado, que pode afastar muitas empresas. Se se comparar os elementos do PER, por exemplo, existe uma menor agilidade, como chegou a ser previamente anunciado. Por outro lado, defendo que o Estado deveria criar entidades específicas para acompanharem as empresas que se encontram numa situação deste tipo. Recorrer a serviços externos custa muito dinheiro. As empresas de menor dimensão

não terão condições para se rodearem de quem as possa ajudar na negociação com os principais credores, especialmente com a banca.”

O advogado chama ainda a atenção para os cuidados a ter no acordo de viabilização. Desde logo, o acordo só é possível com um adequado reporte contabilístico. Tem de haver um plano de negócios e os aspetos negativos têm de ser corrigidos. “Trata-se de um verdadeiro contrato, pelo que tem de estar bem estruturado e redigido.” Quanto aos tribunais, lamenta que o Estado não tenha apetrechado os mesmos com os profissionais indicados para resolverem os problemas das empresas. Lembrou que a decisão do tribunal pode ser uma sentença de morte para a empresa, até porque não há a possibilidade de correção.